

**COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, REGIMENTO, ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E LEGISLATIVOS**

1. SETOR INFORMANTE: **Comissão Permanente de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos.**

2. CONTEXTUALIZAÇÃO NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: **Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional; Gestão das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes; Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal; Instituição da Governança Judiciária.**

3. **Demonstrativo de atuação dos membros da Comissão de Organização Judiciária**

Membro/Relator	DEMONSTRATIVO DO BIÊNIO (2019/2020)		DEMONSTRATIVO (a partir de 01.02.2016 até 29/10/2020)			
	Distribuído	Julgados	Distribuído/ Redistribuído	Arquivados	Julgados	Em andamento
Desa. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO	2	1	3	0	1	2
Desa. DIRACY NUNES ALVES	9	4	21	0	11	10
Desa. MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES	9	4	12	0	5	7
Desa. MARIA DE NAZARÉ S. GOUVEIA DOS SANTOS	10	8	17	3	8	6
Desa. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE	5	2	24	1	11	12
Des. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO	10	6	48	2	35	11
TOTAL	45	25	123	6	71	48

3.1 – Dentre os **Projetos de Lei** aprovados, destacam-se:

3.1.1 Anteprojeto de lei acerca da criação de unidade judiciária dos Juizados Especiais na Comarca de Parauapebas;

3.1.2 Anteprojeto de lei que trata da reorganização das Unidades Administrativas do Poder Judiciário do Estado do Para. Transformação da Secretaria de Controle Interno em Unidade de Auditoria Interna; criação das gerências administrativas;



COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, REGIMENTO, ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E LEGISLATIVOS

- 3.1.3 Anteprojeto de lei que trata da alteração da Lei de Custas, visando possibilitar a cobrança administrativa de custas pendentes de arquivamento;
- 3.1.4 Anteprojeto de lei que trata da conversão de 1/3 de férias dos magistrados em pecúnia;
- 3.1.5 Anteprojeto de lei que trata da desafetação de bem público sob a forma de permuta ou doação entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e os municípios de Redenção, Limoeiro do Ajuru e Santo Antonio do Taua.
- 3.2 - Concernente às **Resoluções** aprovadas, podemos destacar:
- 3.2.1 Resolução nº 10, de 27 de novembro de 2019, que trata da instalação da Vara Criminal da Comarca de Xinguara;
- 3.2.2 Resolução nº 7, de 10 de julho de 2019, que institui e regulamenta o Comitê Único Gestor Regional e Orçamentário de primeiro grau e o Comitê Orçamentário de segundo grau;
- 3.2.3 Resolução nº 5, de 19 de junho de 2019, que regulamenta a remoção dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará e dá outras providências;
- 3.2.4 Resolução nº 11, de 27 de novembro de 2019, que dispõe sobre a redefinição da competência e transformação da 8ª Vara de Família da Capital para 15ª Vara Cível e Empresarial da Capital;
- 3.2.5 Resolução nº 5, de 26 de agosto de 2020, que institui o Plano orgânico de Segurança do Poder Judiciário do Estado do Pará;



COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, REGIMENTO, ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E LEGISLATIVOS

- 3.2.6 Resolução nº 1, de 19 de fevereiro de 2019, que criou o Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas Repetitivas (NUMOPEDE). Criação do selo “Empresa Amiga da Justiça”, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- 3.2.7 Resolução nº 7, de 30 de setembro de 2020, que instala a Vara Única da Comarca de Vitória do Xingu;
- 3.2.8 Resolução nº 6, de 26 de agosto de 2020, que trata do Plano de Proteção e Assistência a magistrados em Situação de Risco;
- 3.2.9 Resolução nº 4, de 4 de março de 2020 que regulamenta a concessão, gozo e indenização de Licença-Prêmio a magistratura do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- 3.2.10 Resolução nº 3, de 4 de março de 2020, que dispõe sobre as férias dos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- 3.2.11 Resolução nº 2, de 19 de fevereiro de 2020, que trata altera as Regiões Judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- 3.2.12 Resolução nº 13, de 27 de novembro, que dispõe sobre a alteração no art. 3º da Resolução nº 27, de 19 de dezembro de 2018, modificando os efeitos financeiros do reajuste no subsídio da Magistratura do Estado do Pará;
- 3.2.13 Resolução nº 12, de 27 de novembro de 2019, que dispõe sobre a reestruturação do Sistema do Juizado Especial Cível e Criminal do Estado do Pará;
- 3.2.14 Resolução nº 3, de 29 de maio de 2019, que regulamenta a composição do colegiado para julgamento de feitos envolvendo organizações criminosas, na forma da Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012.